



## **Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades**

### **COMUNICADO**

#### **Governo insiste em desrespeitar os Professores – Inqualificável!...**

Uma notícia difundida hoje na comunicação social, cuja fonte terá sido um membro do Governo, refere que *as alterações que foram introduzidas no Orçamento do Estado para 2019, apenas obrigam o Governo a negociar. Os professores ficarão assim sem nada, se for vetado pelo Presidente da República ou chumbado numa apreciação parlamentar o decreto-lei em que o Governo reconhece aos professores dois anos, nove meses e dezoito dias de tempo de serviço.*

O Senhor Primeiro Ministro, o Governo no seu todo, e todos os Partidos com assento parlamentar, terão de ter em consideração, de uma vez por todas, neste famigerado, mas importante assunto da recuperação do tempo de serviço congelado (9A, 4M 2D), que os professores afirmam categoricamente, e a plenos pulmões: Basta!...

Basta de o Governo insistir em desrespeitar os Professores num registo que o SPLIU considera inqualificável num Estado de Direito Democrático, ao continuar, de forma absolutamente obstinada, a não querer cumprir a Lei.

Basta de os Professores serem maltratados e vilipendiados nos seus mais elementares direitos por um Governo que será, por certo, de má memória para os docentes portugueses.

Basta de o Governo brincar com a vida pessoal e profissional dos Professores.

O SPLIU está certo, que no momento adequado, saberão os Professores dar a resposta adequada às posições assumidas pelos órgãos de soberania, pelo Governo e pelos diferentes partidos políticos com representação parlamentar. Mas, antes disso, os professores continuarão a lutar com empenho e determinação em reaver o que, por direito, lhes pertence.

Mais que nunca, o estado de alerta, de ação e intervenção dos docentes portugueses na LUTA, ganha particular relevância. Só com muito empenho, unidos e determinados venceremos as forças que insistem em impedir a devolução a estes esforçados profissionais o que lhes pertence, algo que o SPLIU condena veementemente.

Lisboa, 3 de dezembro de 2018

A Direção Nacional do SPLIU